



19 DE JANEIRO DE 2021

U-571 – A Batalha do Atlântico

Por Marco Antônio dos Santos Martins, professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

O filme “U-571 – A Batalha do Atlântico” é uma produção franco-americana de 2000, dirigida por Jonathan Mostow, que conta a história de um submarino alemão que passa por problemas no Atlântico Norte e, por isso, pede ajuda a outro submarino alemão. Contudo, a comunicação é interceptada pelos Aliados. Então, o submarino americano S-33, do comandante Dahlgren, se passa por um submarino alemão para capturar a máquina alemã de criptografia Enigma, que está a bordo do submarino avariado.

O submarino americano é explodido pelo submarino alemão que socorreria o submarino avariado. Desta forma, os tripulantes americanos que estavam a bordo do submarino avariado tiveram que permanecer nele e seguir para a costa inglesa, sendo caçados pelos alemães, que já sabem que o submarino está sob o comando dos Aliados, e pelos americanos, que não sabem que o submarino alemão avariado está em poder de seus compatriotas. No caminho encontram um destróier alemão, que tem sua estação de rádio explodida pelos americanos. O submarino mergulha e o contratorpedeiro alemão começa a lançar cargas de profundidade, que danificam o submarino.

O capitão Dahlgren, comandante americano, sem alternativas e sem conhecer o U-571 alemão, resolve descer a 200 metros de profundidade, danificando o casco do submarino devido à elevada pressão. A única chance dos tripulantes do submarino é destruir o inimigo usando o único torpedo, localizado na parte de trás da embarcação, que está sem pressão para ser lançado. Após várias tentativas, um marinheiro sacrifica a vida e restabelece a pressão, conseguindo lançar o torpedo e explodir o destróier. No entanto, o submarino afunda, com os sobreviventes sendo resgatados em um bote.

Em meio à delicada situação, o capitão Dahlgren é questionado por um dos imediatos sobre quais seriam as ordens. Nesse momento, o capitão demonstra toda a sua insegurança e desespero, declarando que não sabe o que fazer. O suboficial, mais experiente que o capitão, lembra-o que a função dele é tomar decisões e transmitir segurança aos seus subordinados, principalmente em momentos como aquele, e que no cargo de capitão da embarcação não há espaço para indecisão ou para demonstração de insegurança.

Semelhante ao capitão de um navio, o gestor público sabe de antemão que é eleito a partir de um plano de governo básico, capaz de otimizar o uso de recursos limitados diante de necessidades ilimitadas. Os eleitos também possuem profundo conhecimento do funcionamento da máquina pública. Em um regime de estado de direito democrático, espera-se que os governantes tenham capacidade de gestão e habilidade política para implementar seus respectivos planos de governo, levando em conta as boas práticas de gestão.

Não parece razoável justificar o fracasso de um plano de governo culpando os outros poderes, na medida em que um dos atributos exigidos de qualquer mandatário do Poder Executivo é a sua capacidade de articulação com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, respeitando a harmonia entre os poderes.

Dessa forma, não há como alegar que o Legislativo ou o Judiciário foram os responsáveis pela inoperância do Executivo, pois como no caso do capitão Dahlgren, os cargos de Prefeito, Governador e Presidente da República precisam ser ocupados por tomadores de decisão, pessoas capazes de transmitir confiança aos seus governados, sinalizando que estão adotando as melhores decisões possíveis, por mais adversas que sejam as circunstâncias, não cabendo ao bom líder gerar conflitos e incertezas adicionais.

Assim, torna-se difícil compreender o comportamento do Poder Executivo Federal, tentando se eximir das responsabilidades da gestão da máquina pública, das propostas de orçamento, do plano de vacinação, da gestão da segunda onda da Covid-19 e de seus reflexos sobre o crescimento econômico, desemprego, inflação, aumento de gasto público e dívida pública. É nos momentos mais difíceis que os grandes líderes e articuladores políticos se destacam, construindo pontes para transpor os obstáculos.

O mercado financeiro vem acompanhando os movimentos descoordenados das autoridades brasileiras e precificando o aumento da percepção de risco, considerando a falta de sinalização de como o governo irá enfrentar o agravamento da crise sanitária, o resultado da insana disputa eleitoral em torno da vacina, os reflexos sobre o ritmo de retomada da economia brasileira e a consequente situação das contas públicas, pois a inoperância pode gerar um resultado nefasto, com aumento de casos de Covid-19, aumento de óbitos, menor PIB, mais desemprego e mais pressão sobre as já combalidas contas públicas nacionais.

Nessa linha, o mercado que iniciou o ano em um rali que chegou a levar o IBOVESPA ao recorde de 125.077 pontos em 08 de janeiro, com alta de 5,09% no mês, movidos pelo fluxo de investidores estrangeiros – decorrente da expectativa de novos gastos liderados por Joe Biden nos Estados Unidos –, não se sustentou. Houve queda na sexta-feira (15), com o IBOVESPA encerrando em 120.349 pontos, reduzindo os ganhos do mês para 1,12%. Essa queda é consequência da realização das bolsas internacionais e, principalmente, da situação caótica da pandemia, seja pelos desencontros em torno do plano de vacinação, seja pela situação gravíssima do Amazonas, onde brasileiros estão morrendo por asfixia, em razão da falta de oxigênio, o que gera mais desgastes políticos ao governo. Tais incertezas também foram refletidas no mercado de câmbio, com o dólar ptax encerrando a semana em R\$ 5,2714, com uma alta de 1,44% no mês, após ter oscilado bastante, pois chegou a R\$ 5,1626 em 4 de janeiro e R\$ 5,4966 em 11 de janeiro.

A semana ainda teve os dados de inflação. O IBGE divulgou o IPCA de dezembro, que ficou em 1,35%, 0,46 ponto percentual (p. p.) acima dos 0,89% de novembro. Essa é a maior variação mensal desde fevereiro de 2003 (1,57%) e o maior índice para um mês de dezembro desde 2002 (2,10%). Em dezembro de 2019, a variação havia sido de 1,15%. O grupo Habitação teve o maior impacto (0,45 p. p.) e variação (2,88%) no mês.

No ano, o IPCA acumula alta de 4,52%, 0,21 p. p. acima dos 4,31% registrados em 2019. Essa é a maior taxa acumulada no ano desde dezembro de 2016 (6,29%). Entre os grupos, Alimentação e Bebidas apresentou a maior variação (14,09%) e o maior impacto (2,73 p. p.) sobre o IPCA acumulado do ano, encerrando 2020 com a maior variação acumulada no ano desde dezembro de 2002 (19,47%).

Às vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, as taxas de contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022, que refletem expectativas mais imediatas para a Selic, pularam na sexta-feira de 3,26% para 3,35%; enquanto o final da curva que está mais ligado aos riscos fiscais, os contratos para janeiro de 2027 saíram de 7,11% para 7,12%.

Nas primeiras horas da tarde deste domingo (17), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – por unanimidade – aprovou o uso emergencial das vacinas Coronavac e da Universidade de Oxford contra a Covid-19. A reunião que discutiu o tema durou cerca de 5 horas, representando uma vitória da ciência e uma esperança de que o País comece a controlar os nefastos efeitos da Covid-19.

Ao mesmo tempo, resta a torcida para que os próximos passos estejam concentrados em operacionalizar da melhor forma possível o Plano Nacional de Imunização, garantindo a infraestrutura necessária para a imunização da população brasileira, encerrando a fase das disputas políticas e ideológicas em torno da vacina.

📍 INFORMAR ERRO

📁 ANÁLISE: CONJUNTURA NACIONAL E CORONAVÍRUS

ARTIGO

